Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS

MACEIÓ, AL, 13 DE AGÔSTO.

NA SEDE DO GOVÊRNO DO ESTADO, RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO INTERVENTOR FEDERAL DE ALAGOAS, GENERAL JOÃO JOSÉ BATISTA TUBINO.

Há muito era meu desejo visitar Alagoas, cuja exigüidade territorial não a faz menos segura nos serviços ao Brasil, ou menos admirada dos brasileiros. Realmente, quer pelo trabalho dos seus filhos, cuja capacidade se traduz na variedade das numerosas atividades produtoras, quer pelo passado tão cheio de lutas em defesa da integridade e da unidade nacional, nunca deixou o vosso Estado de estar lado a lado dos demais componentes da Federação, contribuindo para o engrandecimento da Pátria.

Contudo, sòmente agora permitiram as circunstâncias que me fôsse dado vir exprimir o meu aprêço e a minha estima pela vossa gente.

Tanto maior é a minha satisfação quando verifico que, superadas antigas dissensões, encontro o vosso Estado pacificado e entregue tranqüilamente ao trabalho de que irá surgir a vossa prosperidade. E os meus votos são por que a grande obra de paz aqui realizada graças ao descortinio, à habilidade e à dedicação do vosso ilustre Interventor, general João José Batista Tubino, seja suficientemente duradoura para que os alagoanos, reconciliados, possam esquecer o que o tempo inevitàvelmente sepultará. A sua profícua administração criou condições de prosperidade, firmou o princípio da autoridade e deu aos alagoanos segurança de cidadania.

Quero, entretanto, acentuar que o que ocorre em Alagoas não representa fato raro ou isolado no Brasil de hoje. Longe disso,

pela maneira por que se dispõe a orientar a vida nacional, buscando somar e unir antigas facções, conseguiu a Revolução organizar a base política, eleitoral e parlamentar indispensável à sobrevivência e implantação dos ideais e dos princípios revolucionários. Provem daí a amargura daqueles que, havendo almejado o fracasso político da Revolução, esperavam ser os herdeiros venturosos do nosso malôgro. Acreditavam assim que o tempo lhes seria favorável, certos de que os brasileiros retrocederiam para buscá-los. Felizmente, a realidade não correspondeu àqueles vaticínios, e êles já hoje compreendem com nitidez que o futuro não é dêles e sim da Revolução.

Não que pretendêssemos impedir por qualquer modo a vitória da oposição, cuja legítima aspiração deve ser conquistar o poder, para então, e sòmente então, ganhar o direito de governar o País. Mas, o que considerávamos do nosso dever, dever do qual não podemos abrir mão, era não concordar possa a minoria oposicionista dirigir os passos do Govêrno; e mais, era não permitir o triunfo da contra-revolução, que teria representado a volta do Brasil àquele mesmo quadro de insegurança, irresponsabilidade e improbidade que arrastara a Nação até a anarquia e às proximidades da bancarrota.

Nesse sentido é o esfôrço realizado para propiciar a organização de sólida agremiação política, que, dentro das normas de uma autêntica democracia, terá a seu cargo defender os postulados revolucionários. Nem sempre, a julgar pelas críticas com que buscam mudar o nosso rumo, os caminhos escolhidos terão sido aquêles que mais agradariam aos nossos adversários. Pode, porém, a Nação estar confiante de que, apesar das pausas e voltas a que fomos por vêzes obrigados, não deixaremos de alcançar aquêles supremos objetivos da Revolução de Março de 1964, e que consistiram em salvar o Brasil para a democracia e assegurar ao País uma administração moralizada.

Foi para isso e por isso que o povo, com apoio das Fôrças Armadas, deflagrou o movimento de 31 de março. Para isso e por isso ainda hoje continuamos lutando. E até 15 de março de 1967, quando entregaremos o Govêrno ao nosso sucessor eleito pelo Con-

gresso Nacional, ninguém nos fará alterar a determinação de contribuir para que o passado seja apenas e realmente o passado.

Possìvelmente confiados na facilidade com que os povos por vêzes esquecem os sofrimentos e perigos vividos, não é raro ouvirmos a voz dos que parecem insatisfeitos ante o modo por que se deverão efetuar as eleições, principalmente para as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional.

Não direi que estejam saudosos do triste espetáculo das eleições anteriores, feitas e ganhas em geral às custas do dinheiro público. Não há no Brasil, entretanto, quem ignore o que eram as «caixinhas», as empreitadas graciosas e os pagamentos a trôco de comissões, que, em boa parte, revertiam para a propaganda dos candidatos ou o subôrno de núcleos eleitorais. O incontestável é que se não poderá aceitar essa prática criminosa e corrupta como compatível com eleições livres. Havia apenas a liberdade de comprar os votos, transformando os prélios eleitorais numa triste competição entre os menos escrupulosos ou mais aquinhoados. É o que não haverá nos próximos pleitos. Nem «caixinhas», nem empreitadas fáceis, nem comissões para as advocacias administrativas. Tudo isso foi varrido do nosso panorama eleitoral pela Revolução, que dará aos brasileiros tôdas as garantias para votarem livremente.

Na realidade, de tal modo se implantara a corrupção eleitoral em algumas regiões do País, que se tornara um hábito, diante do qual já poucos se animavam a reagir. E os mais austeros, aquêles que se não dispunham a transigir, como que começavam a experimentar certo constrangimento pelo isolamento em que se viam. Muitos preferiram desertar da vida pública por se reconhecerem sem meios para enfrentarem uma competição em que o dinheiro dos cofres públicos surgia como a arma principal e decisiva, espécie de bomba atômica da democracia nacional. Entretanto, quem se der ao trabalho de escutar os que parecem querer explicar hoje a derrota de amanhã, poderia ser induzido a acreditar que a Revolução, para se manter no poder, busca modificar em proveito próprio uma bela tradição de liberdade eleitoral. Felizmente, por ser bem recente, os brasileiros ainda não se esqueceram da degradação a que chegáramos em matéria de eleições.

Contudo, não era apenas o dinheiro que maculava e corrompia. Havia também as nomeações em vésperas de eleições, a maré dos interinos com a preamar dos contratados. Também essa prática, tão nociva à moralidade dos prélios eleitorais, foi sepultada pela Revolução, que teve o cuidado de propor emenda à Constituição proibindo as nomeações desde noventa dias antes das eleições. Não foi a oposição que sugeriu ou pleiteou a adoção dessa norma de efeitos tão salutares para a boa prática da democracia. Coube ao Govêrno, com a preocupação que tem de implantar princípios e regras capazes de sanear as eleições brasileiras, a iniciativa do dispositivo constitucional.

No que aí está dito não há novidade ou exagêro: traduz apenas a realidade que os brasileiros tão bem conhecem e da qual, certamente, não estarão olvidados. Agora, iremos fazer eleições sem dinheiro e sem empregos. E não deve surpreender que antigos e contumazes beneficiários de práticas tão antidemocráticas estejam tentando levantar uma cortina de fumaça para de logo justificarem, por outros motivos, as derrotas que têm à vista.

Não bastava, porém, completar pelo exemplo as diretrizes sadias adotadas pela legislação eleitoral. Era mister dar ao País uma estrutura política sólida e capaz de servir de suporte político à Revolução. Foi o que fizemos através da ARENA, organização partidária na qual se reuniram quantos acreditam benéfico à Nação implantar os ideais revolucionários. Hoje, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas, nos municípios, na opinião pública, é ela o maior núcleo político eleitoral do Brasil, congregando prestigiosos elementos de todos os Estados.

Certos de que a Revolução, para o seu bom êxito e a sua continuidade, necessitava de largo apoio político, não procuramos fomentar discórdias ou suscitar rivalidades. Pelo contrário, na medida em que nos foi possível, sem prejuízo dos princípios e objetivos que nos nortearam, esforçamo-nos para apagar diferenças, abolir querelas, extinguir dissensões. Muitos tiveram de ceder em benefício da coletividade, outros precisaram sacrificar interêsse ou renunciar a legítimas aspirações, e a todos êstes está o País a dever um reconhecimento.

Afinal espero que sejam recompensados pela desambição com que procederam, contribuindo para que pudéssemos formar o grande e forte partido da Revolução. Mas, de qualquer modo estarão satisfeitos pelo que fizeram em favor da tranqüilidade política do Brasil.

De fato, terminado o prazo para a inscrição dos candidatos aos pleitos que elegerão os governadores, constata-se por tôda a parte um clima de paz e confiança no futuro. Paz que não é fruto do acaso, mas conseqüência de um trabalho pertinaz, orientado no sentido de proporcionar aos Estados os melhores governadores possíveis. Até porque escolhendo bem é que a ARENA se acreditará perante o povo.

Assim, após longa e paciente caminhada, tem o Govêrno condições para assegurar aos brasileiros que, talvez pela primeira vez na história do País, poderão votar inteiramente livres de qualquer pressão, violência ou corrupção. Estará, pois, aberta a estrada para uma verdadeira democracia, apesar de tudo quanto tenham dito ou venham a dizer aquêles que, ao deterem o poder, jamais se preocuparam com a sorte das instituições, que deixaram degradar-se e corromper-se.

Algumas vêzes, para preservar o principal, tivemos de ceder quanto ao secundário. Mas, os fatos — e êles são bem mais fortes do que as palavras — dia a dia, e de modo inexorável, são o inequívoco testemunho de estarmos conduzindo o Brasil para uma democracia autêntica, dentro das nossas melhores tradições.

Aliás, pela maneira por que me recebestes, estou certo de que não vos surpreendi com as minhas palavras. Muito antes delas aqui havia chegado a ação, a diligência e o cuidado do Govêrno pelos mais altos interêsses dêste Estado. Estou muito agradecido à acolhida com que me honrastes, e desejo assegurar-vos que o Govêrno Federal continuará cada vez mais identificado com tudo quanto diga respeito a Alagoas e à sua gente.